



# NOVO REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

23 e 24 de Maio de 2012, Lisboa

ORGANIZAÇÃO

**arquitecturas**  
o jornal de negócios das cidades

UMA PUBLICAÇÃO

grupo  
**aboutmedia**  
antecipamos o futuro

APOIO

SERRA LOPES, CORTES MARTINS  
ASSOCIADOS  
SOCIETATE DE ADVOGADOS, RL

# APRESENTAÇÃO

As principais alterações realizadas ao regime jurídico da reabilitação urbana assumem-se hoje como um grande desafio, mas também como uma grande oportunidade, aos profissionais e responsáveis directamente ligados ao mercado imobiliário.

Através da excelência de conteúdos programados pelos formadores Cláudio Monteiro e Gonçalo Reino Pires, da *Serra Lopes, Cortes Martins & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.*, o curso **Novo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana: Desafios e Oportunidades** irá disponibilizar as ferramentas e habilitações necessárias para que os participantes fiquem profissionalmente aptos a proceder em conformidade jurídica com a nova lei, otimizando as oportunidades apresentadas.

## OBJECTIVOS:

- Permitir um conhecimento transversal aprofundado do regime jurídico da reabilitação urbana
- Disponibilizar as ferramentas necessárias para a estruturação e programação de uma operação de reabilitação urbana
- Habilitar os agentes a procederem à prossecução, com eficácia e celeridade, dos objectivos de uma operação de reabilitação urbana
- Testar a maleabilidade do regime jurídico da reabilitação urbana e a sua adaptabilidade às especificidades de cada caso concreto

## FORMADORES:

### **Cláudio Monteiro**

*Sócio, Serra Lopes, Cortes Martins & Associados - Sociedade de Advogados  
Presidente, AD URBEM*

Licenciado em Direito (1988), Mestre (1995) e Doutor (2011) em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Está inscrito na Ordem dos Advogados como advogado desde 1991, e como Advogado Especialista em Direito Administrativo desde 2004. É Professor da Faculdade de Direito e do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. É Presidente da AD URBEM - Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção.

### **Gonçalo Reino Pires**

*Associado, Serra Lopes, Cortes Martins & Associados - Sociedade de Advogados  
Secretário da Mesa da Assembleia Geral, AD URBEM*

Licenciado em Direito (2001) e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas (2006) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Está inscrito na Ordem dos Advogados como advogado desde 2002. Tem leccionado diversos cursos como docente convidado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e no Instituto Superior Técnico. É Secretário da Mesa da Assembleia Geral da AD URBEM - Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção.



# PROGRAMA TEMÁTICO:

## Dia 23 de Maio

- Aspectos introdutórios:
  - A génese do RJRU: âmbito e objectivos;
  - A revisão do RJRU;
- Os objectivos e os princípios orientadores da política de reabilitação urbana;
- O dever de reabilitação urbana;
- A liberdade e a vinculação da Administração na estruturação de uma operação de reabilitação urbana;
- Os tipos de operações de reabilitação urbana
  - A relevância da escolha da Administração;
  - Os critérios da escolha da Administração;
- A delimitação e a programação de áreas de reabilitação urbana
  - Os instrumentos de delimitação;
  - Os instrumentos de programação;
  - O conteúdo dos instrumentos de programação: como proceder à sua elaboração;
  - Os planos de pormenor de reabilitação urbana;

## Dia 24 de Maio

- As entidades gestoras de operações de reabilitação urbana
  - Administração directa e indirecta: vantagens e desvantagens;
  - A delegação de poderes;
- Os modelos de execução das operações de reabilitação urbana
  - Os modelos de iniciativa particular e de iniciativa pública;
  - A concessão de reabilitação urbana;
  - O contrato de reabilitação urbana
- Os instrumentos de execução das operações de reabilitação urbana
  - O controlo das operações urbanísticas;
    - As relações entre a entidade gestora e o município;
    - A isenção de controlo prévio;
    - O regime especial de protecção do existente;
    - A amplitude da discricionariedade dos poderes de apreciação de pedidos de controlo prévio;
- Os instrumentos de política urbanística;
  - A obrigação de reabilitar e as obras coercivas;
  - O regime da empreitada única;
  - Os direitos de preferência;
  - O arrendamento forçado;
  - A expropriação;
  - A venda forçada;
- Os direitos de participação e de impugnação dos particulares
- A contratualização e o financiamento de operações de reabilitação urbana



## INFORMAÇÕES:

### Local

Instalações da Serra Lopes, Cortes Martins & Associados –  
– Sociedade de Advogados, R.L. em Lisboa

### Nº de Formandos

15 min. – 30 max.

### Valor de Inscrição

350€ + IVA

### Número de Horas

16 Horas

### Contactos

+351 218 844 147

[cursosjarquitecturas@about.pt](mailto:cursosjarquitecturas@about.pt)

[www.jornalarquitecturas.com](http://www.jornalarquitecturas.com)

ORGANIZAÇÃO

**arquitecturas**  
o jornal de negócios das cidades

UMA PUBLICAÇÃO

grupo  
**aboutmedia**  
antecipamos o futuro

APOIO

SERRA LOPES, CORTES MARTINS  
& ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L.

